

CPMF É APROVADA

Plenário ratifica fim do monopólio da Petrobrás

O Senado aprovou ontem em segundo turno, por 60 votos a 12, a emenda constitucional criando a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para a saúde. A proposta também terá de ser votada em dois turnos na Câmara, onde é grande a resistência. Caso seja aprovada, a arrecadação da CPMF pode começar em abril de 1996. O plenário ainda aprovou, em segundo turno, o projeto da quebra do monopólio da Petrobrás, por 60 votos a 15, na votação final. A proposta será promulgada hoje, encerrando a fase de apreciação das reformas econômicas enviadas pelo governo no início do ano.

Na votação da CPMF, os senadores do PT votaram contra, embora alguns parlamentares fossem favoráveis, como Lauro Campos (PT-DF). Apenas Epitácio Cafeteira (PPR-MA) criticou a proposta. "Não posso votar uma lei cujo principal argumento é um homem", alegou, referindo-se ao ministro da Saúde, Adib Jatene. "O ministro é uma pessoa séria, mas não é permanente, e não posso votar assim uma mudança na Constituição."

O governo conseguiu aumentar o apoio à emenda no segundo turno. Na primeira votação foram 57 votos a favor e 13 contra, com 2 abstenções. "Os parlamentares estão entendendo que estes recursos vão ser dirigidos a hospitais que atendem às classes mais pobres da

população", declarou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da emenda. A proposta poderá permitir ao governo a cobrança de até 0,25% sobre as movimentações financeiras, acrescentando cerca de R\$ 6 bilhões anuais ao orçamento da saúde. O prazo será de dois anos, no máximo.

O projeto de lei que vai regulamentar a quebra do monopólio da Petrobrás está em fase final de análise por técnicos do Ministério das Minas e Energia, e deve ser enviado ao Congresso em duas ou três semanas. O projeto deverá prever a estrutura e as atribuições do órgão regulador do monopólio, que passará para a União, e estabelecer a garantia de fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

Um acordo celebrado entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), relator da emenda, garantiu a permanência do controle acionário da União sobre a Petrobrás e a manutenção das bacias onde a estatal já opera. O acerto, expresso em carta endereçada por Fernando Henrique ao presidente do Congresso, José Sarney (PMDB-AP), também prevê preferência para a Petrobrás em licitações onde houver igualdade de ofertas. "Com o acordo, a Petrobrás está preservada", disse Cunha Lima.

**Sônia Cristina Silva/AE
e Marcos Magalhães/AE**